

IGUALDADE DE GÊNERO

CONTRIBUIÇÕES DA EMBRAPA

Cristina Arzabe
Valéria Cristina Costa

Editoras Técnicas



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **5**

IGUALDADE DE GÊNERO

CONTRIBUIÇÕES DA EMBRAPA

*Cristina Arzabe
Valéria Cristina Costa*

Editoras Técnicas

Embrapa
Brasília, DF
2018

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (Final)
CEP 70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4433
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Responsável pelo conteúdo

Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas

Coordenação técnica da Coleção ODS
Valéria Sucena Hammes
André Carlos Cau dos Santos

Comitê Local de Publicações

Presidente
Renata Bueno Miranda

Secretária-executiva
Jeanne de Oliveira Dantas

Membros
Alba Chiesse da Silva
Assunta Helena Sicoli
Ivan Sergio Freire de Sousa
Eliane Gonçalves Gomes
Cecília do Prado Pagotto
Claudete Teixeira Moreira
Marita Féres Cardillo
Roseane Pereira Villela
Wyviane Carlos Lima Vidal

Responsável pela edição

Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Cristiane Pereira de Assis

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé

Normalização bibliográfica
Rejane Maria de Oliveira

Projeto gráfico e capa
Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Tratamento das ilustrações
Paula Cristina Rodrigues Franco

1ª edição

E-book (2018)
Publicação digitalizada (2018)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa

Igualdade de gênero : contribuições da Embrapa / Cristina Arzabe, Valéria Cristina Costa, editoras técnicas. – Brasília, DF : Embrapa, 2018.

PDF (73 p.) : il. color. (Objetivos do desenvolvimento sustentável / [Valéria Sucena Hammes ; André Carlos Cau dos Santos]; 5).

ISBN 978-85-7035-786-1

1. Mulher – meio rural. 2. Políticas públicas. I. Coleção.

CDD 305.3

Autores

Alba Leonor da Silva Martins

Engenheira-agrônoma, doutora em Ciência do Solo, pesquisadora da Embrapa Solos, Rio de Janeiro, RJ

Alexandre Abrantes Cotta de Mello

Desenhista industrial, analista da Embrapa Solos, Rio de Janeiro, RJ

Alice Gouveia Pontes

Psicóloga, especialista em Psicologia Clínica e em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, analista da Secretaria-Geral, Embrapa, Brasília, DF

Cristina Arzabe

Bióloga, doutora em Ciências Biológicas, pesquisadora da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas, Embrapa, Brasília, DF

Dalva Maria da Mota

Socióloga, doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Débora dos Santos Barcellos de Abreu

Psicóloga, especialista em Teoria Psicanalítica, analista da Secretaria-Geral, Embrapa, Brasília, DF

Helena Maria Ramos Alves

Engenheira-agrônoma, doutora em Ciência do Solo, pesquisadora da Embrapa Café, Lavras, MG

Josué Francisco da Silva Junior

Engenheiro-agrônomo, mestre em Ciências Agrárias, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Recife, PE

Lucimar Santiago de Abreu

Engenheira-agrônoma, doutora em Ciências Sociais, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP

Maria Aico Watanabe

Bióloga, doutora em Ciências Biológicas, pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP

Nylman Corrêa Isaac Sousa

Pedagoga, especialista em Psicopedagogia, analista da Secretaria-Geral, Embrapa, Brasília, DF

Paula Cristina Rodrigues Franco

Desenhista industrial e jornalista, especialista em Gestão e Tecnologias Editoriais, analista da Secretaria-Geral, Embrapa, Brasília, DF

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Bacharel em Comunicação Social, mestre em Agroecossistemas, analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, SE

Renata Zambello de Pinho

Engenheira-agrônoma, mestre em Geografia, pesquisadora da Secretaria de Inovação e Negócios, Embrapa, Brasília, DF

Valéria Cristina Costa

Jornalista, mestre em Divulgação Científica e Cultural, analista da Secretaria de Inovação e Negócios, Embrapa, Brasília, DF

Valéria Sucena Hammes

Engenheira-agrônoma, doutora em Planejamento Ambiental, pesquisadora da Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas, Embrapa, Brasília, DF

Wyviane Carlos Lima Vidal

Bióloga, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, pesquisadora da Secretaria-Geral, Embrapa, Brasília, DF

Ynaíá Masse Bueno

Engenheira-agrônoma, mestre em Economia Rural, analista da Secretaria de Inovações e Negócios, Embrapa, Brasília, DF

Capítulo 4

Acesso aos recursos naturais – fortalecimento de mulheres extrativistas de mangaba no Brasil¹

Dalva Maria da Mota

Josué Francisco da Silva Junior

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues

Introdução

Acessar e controlar os recursos naturais, incluindo água, flora e fauna, é particularmente importante para as mulheres do campo e da floresta, mulheres indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais. Nesse sentido, este capítulo abordará as contribuições da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que atuam no sentido de conferir reconhecimento e igualdade de direitos às trabalhadoras rurais, em especial as extrativistas, de acordo com as leis nacionais (meta 5.a). Dessa forma, as ações de pesquisa e desenvolvimento colaboram com o fim das diferentes formas de discriminação contra as mulheres (meta 5.1) mediante fortalecimento de políticas nacionais para promoção da igualdade de gênero (meta 5.c).

O trabalho apresentado é fruto do acúmulo de pesquisa e desenvolvimento de 15 anos realizado pela Embrapa e parceiros no Brasil, a partir de uma equipe interinstitucional e interdisciplinar constituída por profissionais comprometidos, tanto com a produção de conhecimento acerca de comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade econômica e social, como com a conservação da biodiversidade, sobretudo das áreas naturais de ocorrência da mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes), árvore nativa do Brasil cujo fruto apresenta ótimo aroma e sabor, sendo utilizado especialmente na fabricação de sucos, sorvetes e doces. Como tal, objetiva traçar a trajetória dos estudos e ações visando à me-

¹ As pesquisas que deram origem aos resultados apresentados neste capítulo foram realizadas, ao longo dos anos, em parceria com diversas instituições e pessoas de fora do quadro da Embrapa. Deve-se destacar o papel do professor Heribert Schmitz, da Universidade Federal do Pará (UFPA), e o agrônomo Emanuel Pereira Oliveira, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Sergipe. Eles são autores de vários artigos e capítulos e coordenaram etapas importantes do trabalho, sem as quais o entendimento do binômio conservação dos recursos naturais x comunidades tradicionais não poderia ser alcançado.

lhoria das condições de vida e equidade de gênero pelo apoio à ação política de mulheres extrativistas de mangaba.

Em virtude da importância e da preservação das etapas e hábitos de coleta e consumo do fruto, bem como da conservação dos remanescentes de mangabeira, o litoral de Sergipe e uma região da Reserva Extrativista (Resex) de Maracanã, no Pará, foram alvos de estudos mais completos. O diálogo com representantes de instituições públicas e privadas diretamente envolvidas com a temática do extrativismo da mangaba ocorreu paralelamente aos esforços de pesquisa. Métodos das ciências sociais e naturais foram mesclados de modo a constituir um conjunto de dados nas instituições mediante a especificidade do extrativismo e a pluriatividade daquelas que o praticam.

Tendo em conta a problemática do extrativismo realizado por mulheres, cinco linhas de estudo e intervenção foram definidas no âmbito da atuação institucional, quais sejam: 1) caracterização das mulheres; 2) conservação in situ dos recursos genéticos; 3) ação coletiva e reconhecimento; 4) acesso às políticas públicas; e 5) socialização e intercâmbios, conforme serão descritos a seguir.

Caracterização do extrativismo e das mulheres extrativistas de mangaba

O extrativismo de mangaba é executado predominantemente por mulheres que habitam nas áreas de ocorrência de mangabeiras na Baixada Litorânea, Tabuleiros Costeiros e cerrados do Brasil. Entretanto, essas mulheres não têm acesso garantido aos recursos e se alternam entre diferentes atividades segundo a oferta ambiental. Acumulam grande sapiência quanto aos recursos naturais que manejam e são, reconhecidamente, responsáveis pela conservação da biodiversidade nas áreas onde vivem.

As recentes mudanças no uso da terra e a ocupação desordenada das regiões onde vivem vêm reduzindo o espaço de trabalho dessas mulheres, em razão da abertura de estradas asfaltadas e pontes; atividades turísticas e ligadas ao lazer; expansão da urbanização e agricultura. A carcinicultura, o turismo imobiliário, os plantios de eucalipto e o fomento às plantas produtoras de agrocombustíveis, especialmente a cana-de-açúcar, são também riscos para a conservação dos recursos naturais dos quais dependem para sobreviver. A valorização e privatização das terras tornam as mulheres extrativistas ainda mais vulneráveis, significando, em muitos casos, a expulsão dos locais em que tradicionalmente trabalhavam e viviam.

Investimentos foram realizados pelas autoras e autores para a produção de um conjunto de dados e conhecimentos sobre as extrativistas. Aproximadamente 300 pessoas foram por eles e elas entrevistadas para caracterização dessas mulheres. Paralelamente foram construídos subsídios e realizadas ações para fundamentar a participação delas em fóruns que congregam povos e comunidades tradicionais, garantir acesso a políticas públicas e ações de reconhecimento. Mediante demanda do Ministério Público Federal (MPF) foram feitos estudos e mapeamentos sobre o extrativismo para demonstrar a situação de acesso aos recursos e nível de conservação.

Conservação in situ dos recursos genéticos da mangabeira

A mangabeira é importante componente na manutenção da sustentabilidade dos ecossistemas onde ocorre, e a sua conservação está estreitamente relacionada às comunidades tradicionais que utilizam seu fruto, na época de safra, como fonte de renda. A conservação in situ, ou seja, a conservação das plantas nos seus lugares de origem e do germoplasma da mangabeira pelas extrativistas é uma alternativa eficiente de conservação de recursos genéticos, uma vez que essas comunidades tradicionais dependem da manutenção desse recurso para a sua sobrevivência, tanto nas áreas privadas como nas áreas de acesso comum.

Nesse sentido, foram identificadas, mapeadas e georreferenciadas 227 áreas naturais de ocorrência da mangabeira e mais de 170 comunidades extrativistas de mangaba no Brasil (região Nordeste, estados de Minas Gerais, Tocantins, Goiás e Pará), bem como as ameaças a esses remanescentes. Em Sergipe, foram feitos dois mapeamentos detalhados, das áreas naturais e das comunidades, em 2009 e 2016, sendo identificadas 222 áreas naturais, que ocupam 34.033 ha e 64 comunidades de catadoras de mangaba (Vieira et al., 2009; Rodrigues et al., 2017).

O conhecimento dos modos de vida dos extrativistas permitiu o entendimento das suas relações com o meio ambiente e demais atores e em comum acordo com as comunidades; diferentes tipos de intervenção para conservação e acesso às áreas naturais foram realizados. Um conjunto de boas práticas para conservação in situ dos recursos também foi gerado pelas comunidades de catadoras de mangaba em conjunto com as pesquisadoras e pesquisadores e envolveram práticas de manejo em áreas naturais, em áreas privadas e de pós-colheita (Silva Júnior et al., 2016).

Ação coletiva e reconhecimento

Os estudos sobre a ação coletiva tiveram início com a mobilização para o *I Encontro das Catadoras de Mangaba* em 2007, em Aracaju, SE. A partir desse evento, houve um investimento tanto no apoio à organização política das mulheres extrativistas para se fazerem reconhecer, quanto em relação ao registro escrito e fotográfico dos diferentes eventos. Sequencialmente, foram estudadas tanto a problemática dos conflitos para ter acesso aos recursos, quanto as iniciativas de mobilização e a gestão de recursos naturais.

Em se tratando das formas de gestão dos recursos, os modos de acesso aos recursos foram identificados, quais sejam: extrativismo em áreas de livre acesso; extrativismo em áreas privadas de acesso restrito; extrativismo em áreas privadas por “meia”; extrativismo em áreas privadas próprias; e extrativismo em áreas de propriedade comunitária (Mota et al., 2011).

A questão da mobilização política das extrativistas privilegiou a experiência de Sergipe, considerando que ali houve a emergência de um movimento social exclusivo de mulheres extrativistas de mangaba em 2007, com a fundação do *Movimento das Catadoras de Mangaba* (MCM). Nesse processo, fato importante foi a conquista de uma identidade coletiva das catadoras de mangaba que providenciou o reconhecimento por si mesmas e pelos outros. As condições de criação do movimento, as oportunidades políticas, os propósitos, as estratégias de ação e os modos de mobilização estiveram no centro das análises e persistem até 2017.

Desde 2007, mulheres extrativistas de Sergipe estão mobilizadas com o apoio de atores públicos e privados e conquistaram diferentes iniciativas específicas para elas, dentre as quais o reconhecimento pela Lei nº 7.082, de 16 de dezembro de 2010, que as reconhece como culturalmente diferenciadas, acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), agregação de valor à mangaba pelo fabricação de doces, balas e biscoitos, e fundação de associações e construção de processadoras de frutos.

Acesso às políticas públicas

A relação das extrativistas de mangaba com as políticas públicas foi analisada sob as perspectivas objetiva e subjetiva, com destaque para o acesso predominante ao Programa Bolsa Família (PBF) e Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), este último, decorrente do fato de elas serem também marisqueiras (Mota et al., 2014a).

Particularidade deve ser atribuída à participação de um pequeno grupo de extrativistas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), primeira experiência de comercialização da mangaba de modo coletivo e institucionalizado (Brasil, 2003).

Em se tratando da organização do trabalho na perspectiva da equidade de gênero, as nossas principais conclusões mostraram que os programas de políticas públicas influenciam: a) na reorganização do cotidiano do trabalho no extrativismo, principalmente no tocante à diminuição do envolvimento de crianças e jovens na atividade e quanto à intensidade das jornadas; b) no reforço dos papéis tradicionais de homens na esfera pública e de mulheres na doméstica, no caso do PBF, e na diluição de fronteiras entre esses mesmos papéis no PAA; c) na diminuição do volume de trabalho no caso do SDPA e no aumento do trabalho no PAA; e d) nos diferentes sentidos que são atribuídos ao trabalho (Mota et al., 2014b). Nos dados de 2017, não foi registrado nenhum grupo de extrativistas participando do PAA. As causas por elas apresentadas se relacionam ao excesso de burocracia.

Diferentes grupos de extrativistas têm fornecido produtos derivados da mangaba para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Entretanto, as dificuldades burocráticas para se regularizar e acessar o programa e a irregularidade de participação implicam para que um pequeno número tenha acesso a essa política.

Mais recentemente, as ações relativas à demarcação de uma unidade de conservação do tipo reserva extrativista, no litoral sul de Sergipe, têm contado com a atenção das pesquisadoras e pesquisadores da equipe por meio do fornecimento de dados e informações sobre as extrativistas e os recursos naturais, além da participação deles no debate interinstitucional para buscar alternativas de políticas públicas para garantir o acesso às plantas por quem as utiliza tradicionalmente.

Uma das mais destacadas conquistas do trabalho das pesquisadoras e pesquisadores em parceria com o MCM e políticos ligados a grupos sociais foi a criação da Lei Estadual nº 7.082 de 16 de dezembro de 2010, que reconhece as extrativistas de mangaba de Sergipe como um grupo culturalmente diferenciado.

Socialização e intercâmbios entre mulheres extrativistas

Os eventos de socialização, capacitação e intercâmbios entre mulheres extrativistas de mangaba se iniciaram em Sergipe, no ano de 2007, cuja mobilização foi efetivada pela Embrapa e parceiros com a realização do *I Encontro das Catadoras*

de Mangaba de Sergipe, quando, pela primeira vez na história desse grupo tradicional, foram discutidos os seus problemas e delineadas ações para a mobilização em defesa dos seus modos de vida e saberes e, conseqüentemente, da conservação das mangabeiras e da biodiversidade. O encontro contou com a participação de uma representante do *Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (MIQCB)*. Na ocasião, foi criada uma comissão que originou a atual formação do MCM.

Em março de 2008, foram proporcionados intercâmbios em três municípios do estado de Sergipe para proporcionar a troca de experiência entre as catadoras acerca do cotidiano do trabalho no extrativismo, como também, do levantamento de problemas locais enfrentados com as possíveis alternativas de solução. Também em 2008, as catadoras de mangaba passaram a frequentar fóruns de discussões técnico-científicas de abrangência nacional, a exemplo do *VII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia*, em Belém, PA.

Em abril de 2009, aconteceu o *II Encontro das Catadoras de Mangaba de Sergipe*, cujo objetivo foi de analisar as principais conquistas e obstáculos enfrentados pelo MCM a partir da sua criação. Naquele mesmo ano, aconteceu um intercâmbio entre as catadoras de mangaba de Sergipe e as geraizeiras do norte de Minas Gerais, em Rio Pardo de Minas; e a participação dessas mulheres no seminário *Conquistas, Demandas e Experiências do Extrativismo em Sergipe e Norte de Minas Gerais*, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em Brasília.

Entre 2013 e 2014 foram promovidos, também, intercâmbios entre catadoras de mangaba do Pará e de Sergipe, sendo um deles na região da Resex Marinha de Maracanã, PA, e outros nos municípios de Indiaroba e Barra dos Coqueiros, SE. O objetivo dos intercâmbios foi partilhar experiências e traçar uma plataforma comum de atuação para reforço à condição de extrativistas.

Além disso, a Embrapa e parceiros têm apoiado as mulheres extrativistas no processo de mobilização política nos últimos 10 anos para garantir o acesso às áreas nas quais praticam o extrativismo, subsidiando com dados e informações as suas relações com diferentes instituições, por meio da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), presidida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); Comissão Mista Intersetorial do Plano Nacional para Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe); e Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinho (Confrem).

Considerações finais

O trabalho de pesquisa e desenvolvimento de quase duas décadas feito pela Embrapa e parceiros no Brasil para fortalecer a condição de mulheres extrativistas de mangaba apresenta as dificuldades de reprodução social de grupos que dependem do acesso a recursos naturais para sobreviver num contexto de crescente privatização, assim como de acesso às políticas públicas. Tal situação implica em desafios que envolvem o reconhecimento da importância desses grupos como portadores de saberes e práticas essenciais à conservação in situ de espécies nativas e na garantia de seu acesso aos recursos naturais.

Referências

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. M. B. F. de. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 449-470, 2014a.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; RODRIGUES, R. F. de A. O trabalho familiar extrativista sob a influência de políticas públicas. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 189-204, 2014b.

MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; BRITO, J. V. dos S. As senhoras da mangaba. In: MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (Ed.). **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental; Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. p. 105-137.

RODRIGUES, R. F. de A.; SILVA JUNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; PEREIRA, E. O.; SCHMITZ, H. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe**: situação atual e perspectivas. Brasília, DF: Embrapa, 2017. 56 p.

SILVA JÚNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; BARBIERI, R. L.; ALERCIA, A. Promoting community management of underutilized tropical and subtropical fruit genetic resources in Brazil. In: STHAPIT, B.; LAMERS, H. A. H.; RAO, V. R.; BAILEY, A. (Ed.). **Tropical fruit tree diversity**: good practices for in situ and on-farm conservation. Roma: Bioersivity International; New York: Routledge, 2016. p. 106-111.

SILVA JÚNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. Entre tabuleiros, restingas e cerrados: a conservação in situ da mangabeira pelas comunidades tradicionais de extrativistas. In: DIAS, T.; EIDT, J. S.; UDRY, C. (Ed.). **Diálogos de saberes**: relatos da Embrapa. Brasília, DF: Embrapa, 2017. (Coleção povos e comunidades tradicionais, 2).

VIEIRA, D. L. M.; RODRIGUES, R. F. de A.; PEREIRA, E. O.; AMARAL, C. de S.; MORAES, A. da C.; LESSA, C. M.; SANTOS, J. V. dos; PEREIRA, C.; BARRETO, C.; OLIVEIRA, P. C. U. de O. **Mapa do extrativismo da mangaba em Sergipe**: ameaças e demandas. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009. 31 p.